
**João Martins
Pereira**

**Pensar
Portugal Hoje**

**Os Caminhos Actuais
Do Capitalismo Português**

publicações dom quixote

Lisboa
1979

PREFÁCIO À 3.^a EDIÇÃO

Interroguei-me seriamente (e, obviamente, o editor) sobre a oportunidade de publicar uma nova edição de um texto demasiado datado, cujo campo de observação era o Portugal no início dos anos Setenta. E não me foi finalmente difícil concluir que, se houve altura, após o 25 de Abril, em que tal reedição se justificasse, essa era precisamente o período que agora atravessamos. Com efeito, em condições económico-sociais substancialmente distintas, o III Governo Constitucional e em muito menor medida o actual são os novos portadores do projecto que germinou ao tempo dos «tecnocratas» marcelistas, e de que o Pensar Portugal Hoje procurava traçar as linhas de força, e as fraquezas também.

Certo era que, porque justamente as condições são outras, se tornava indispensável fazer a ponte entre o projecto então enterrado e o projecto hoje renascido. Daí que me tenha proposto escrever um texto adicional em que, através do exame do que entretanto ocorreu, se possa compreender as razões essenciais por que, sendo aparentemente o mesmo projecto, e os mesmos muitos dos homens que o incarnam, na realidade o não são, nem um nem outros. E compreen-

der também porque só agora tudo isso vem de novo à superfície, para o que é imperativo tentar descortinar o papel e a função de um partido cuja hegemonia política se prolongou por perto de três anos — o Partido Socialista.

Para além desse texto, que é o verdadeiro prolongamento e actualização do anterior, pareceu conveniente, como contraponto, juntar um artigo que recentemente publiquei e que, pese embora a sua forma jornalística, equaciona no essencial os problemas com que a meu ver se defronta a esquerda portuguesa. É outro aspecto importante do Portugal-hoje (1979), e das respostas às questões que aí são colocadas dependerá muito do destino daquele projecto, já que, sem nos pretendermos adiantar às conclusões da nossa análise, é bom recordar que, sendo em 1970 uma proposta de «liberalização», hoje é, e não poderia sê-lo de outro modo, uma proposta «autoritária», de reforço do poder.

Resta acrescentar que, tendo optado pela elaboração de um texto complementar, se viu vantagem em que os textos de 1971 fossem republicados tal qual, sem comentários nem notas de esclarecimento ou de actualização.

Março de 1979

VI

PORTUGAL 79 — OS CAMINHOS ACTUAIS DO CAPITALISMO PORTUGUÊS

Dois lances falhados

Quando, em princípios de 1971, foi publicado *Pensar Portugal Hoje*, começava já a desenhar-se a falência de um tímido projecto de liberalização, impotente face à intransigência das forças dominantes tradicionais que encontravam numa guerra colonial suicida o último alento de um nacionalismo que servia de capa aos seus interesses, e que cada dia era desmentido pelas deserções e pela emigração maciça de trabalhadores pouco atraídos por Pátria tão «exemplar». O caminho para a Europa, o caminho para uma «modernização controlada» da economia e da sociedade, iam desse modo ver-se bloqueados, e isso traduziu-se, entre outras coisas, no afastamento da chamada «ala liberal» da Assembleia, bem como no de certas outras pedras-chave, como vinha sendo o secretário de Estado da Indústria Rogério Martins⁽¹⁾. «Nos

(1) Aquele mesmo que, em princípios de 1973, e referindo-se a esses conceitos «modernizadores» da sociedade portuguesa, atribui o seu insu-

últimos tempos do regime fascista parecia ter-se chegado a um ponto em que os 'tecnocratas' haviam começado a compreender algo da dialéctica do desenvolvimento social: através dos debates no interior da SEDES e do que se passou no 'encontro dos liberais' transparecia uma atitude de claro cepticismo em relação à 'intervenção política'. (...). Sendo assim, esses tecnocratas desiludidos passaram a frequentar sobretudo os bancos, as grandes empresas, os departamentos técnicos do Estado, aí procurando abrir caminho para uma dinamização da 'vida económica' cujos resultados, a mais ou menos longo prazo, a 'todos' viriam dar satisfação: a eles próprios, pois o P. N. B./capita teria enfim atingido níveis que 'já não nos envergonham', numa sociedade mais 'desinibida', mais 'desbloqueada', mais 'europeia'; à grande (média) burguesia portuguesa, porque a malha capitalista estaria mais saudável, a acumulação teria encontrado os canais próprios de um capitalismo evoluído, as estruturas do poder reconhecer-se-iam enfim sem complexos nos grandes senhores do 'capitalismo moderno'.»⁽¹⁾ Era, porém, tarde demais. O sistema político já se havia condenado à impossi-

cesso a ter havido «quem no íntimo, na bolsa ou na prepotência à sucapa os temesse e decidisse esterilizá-los» (v. *Indústria, Ideologia e Quotidiano*, 2.^a ed., p. 27). A propósito, uma advertência ao leitor: dado que já em outras ocasiões analisei muitas das questões a meu ver essenciais da evolução até ao momento presente, utilizarei com alguma frequência citações de textos meus anteriores, o que, para além de me dispensar de os reescrever por outras palavras, tem a vantagem de mostrar uma continuidade de pensamento — a não confundir com qualquer reivindicação quanto à sua justeza ou adequação, que o leitor é naturalmente livre de julgar.

(1) *Ind., Id. e Quot.*, pp. 28-29.

bilidade do que, em anos mais recentes, se veio a designar de «transição à espanhola», ou seja, uma deslocação interna do acento do poder dentro do bloco social dominante sem soluções de continuidade. As «eleições» de 1973, já sem «liberais» e despidas das preocupações de aparência que haviam permitido a relativa vivacidade das de 1969, são o ponto final de um projecto cujo impasse já se tornara por demais evidente. O regime entrava em contagem decrescente: o início da crise económica mundial que ainda hoje persiste, no plano externo, e bem assim, no plano interno, os embriões de descontentamento e politização dentro das Forças Armadas, rapidamente desembocando num movimento organizado, assinaram a sua sentença de morte, consumada em 25 de Abril. As «afirmações de autoridade» e de «união nacional» face à «conspiração externa» adquiriram, nos últimos tempos, e mais do que nunca, o aspecto grotesco de palhaçadas de que o «venerando Tomás» e a «brigada do reumático» foram alguns dos mais salientes protagonistas.

Logo após o 25 de Abril, e passada a euforia dos primeiros dias, tornou-se claro que o projecto de «democracia moderna» (com as possíveis ramificações neocoloniais) era assumido pela maioria das forças políticas emergentes. «É incontestável que o spinolismo pós-25 de Abril' era o porta-voz de interesses capitalistas 'modernos' ou 'europeus' que jogavam na hipótese de uma 'democracia forte', tipo gaulismo, que simultaneamente lhes abrisse as portas da Europa e os fizesse beneficiar de um neocolonialismo que uma França ou uma Inglaterra tão bem souberam explorar.» (1)

(1) *O Socialismo, a Transição e o Caso Português*, pp. 220-221.

À parte a questão da descolonização, o próprio P. C. P. não pensa então poder ir mais longe, e demonstra-o com uma guerra aberta contra as greves e reivindicações «aventureiristas»: o objectivo n.º 1 era a consolidação da democracia, da «revolução democrática nacional». Aliás, é esse o sentido óbvio de lhe ter sido confiado — e ter aceite — o Ministério do Trabalho do I Governo Provisório. Falava-se então, quando muito, num controlo pelo Estado dos grandes grupos económicos, e muitos já estarão esquecidos de que o ministro Vieira de Almeida fez aprovar sem dificuldade pelo governo, pouco tempo antes de este cair, um esquema que previa a participação do Estado em 25% (!) do capital das principais empresas daqueles grupos, o que já parecia a alguns extremamente ousado. Pelos corredores e gabinetes da comissão coordenadora do M. F. A., em São Bento, passavam não poucos dos famosos «tecnocratas» marcelistas, a começar pelo próprio eng. Rogério Martins, enquanto Spínola, pelo seu lado, recebia os grandes empresários e lhes manifestava a sua confiança.

O caminho seria, porém, outro. A força de um movimento social imparável, e bem assim a exigência descolonizadora (autopurificadora) do M. F. A. — em consonância com a facilmente previsível intransigência dos movimentos de libertação — conjugaram-se para de novo enterrar aquele projecto, conduzindo a uma «radicalização» em *crescendo*, via 28 de Setembro e 11 de Março. Bem cedo, de resto, os portadores políticos desse projecto, inexperientes e impacientes, eles que haviam apostado numa transição «controlada», revelaram uma clara incapacidade para se adaptarem a circunstâncias para que não estavam preparados: a precipitação de Sá Carneiro ao apoiar as propensões golpistas de

um velho republicano ultrapassado e em pânico (Palma Carlos) veio a manchar a imagem política de uma social-democracia que mal se havia definido ainda, que não era mais que um «grupo» em que o público reconhecia os frustrados tribunos de 1969-1973. A distribuição das forças sociais por partidos embrionários (excluído o P. C. P.) vai fazer-se sob a pressão dos acontecimentos, na confusão de uma linguagem política propositadamente ambígua, que se aprende como antes se decoravam as lições e as sebatas. As adesões relevam bastante mais de uma motivação de tipo «clubista» do que «classista»: a acção popular espontânea, o prestígio do M. F. A., bem como o de certas figuras com credenciais antifascistas, introduzem desde cedo no processo uma dinâmica «interclassista», que só a partir do 28 de Setembro irá ser muito parcialmente corrigida por uma perspectiva de «luta de classes».

A radicalização das lutas populares, que ninguém desejara que fosse tão longe, mas que todos procuram «capitalizar», impotentes que são para as «domesticar», vai ter efeitos particularmente marcados sobre o P. S. e o P. P. D. Por um lado vai impossibilitar o P. S., com certidão de nascimento passada em Bona, de assumir a aparente vocação social-democrata de boa parte dos seus dirigentes (sem falar nos «republicanos históricos», de extracção maçónica, que nem aí chegavam). O P. S. vê-se obrigado a fazer figura de «grande partido dos trabalhadores», a quem propõe um programa de «socialismo democrático», que ainda se continua por saber o que será, espécie de salada para todos os gostos temperada com sonantes profissões de fé anticapitalistas. Por outro lado, o P. P. D. é forçado a colocar Sá Carneiro na reserva, a «esquerdizar-se» verbalmente, procurando,

sob a batuta de Emídio Guerreiro, velho lutador antifascista, tomar uma posição de centro-esquerda. Ainda que a social-democracia venha a ser, no limite e em teoria, «reconhecida» pelo M. F. A. como uma das possíveis «vias de transição para o socialismo» (1), o certo é que, se antes fora (hipótese que avança no capítulo I do presente livro) um fenómeno de «antecipação superstrutural», agora será quando muito o inverso.

Nesta primeira fase do pós-25 de Abril, o último alento do projecto social-democrata caro à geração de tecnocratas provenientes do marcelismo veio a encontrar expressão num documento nado-morto, cujos padrinhos principais foram Melo Antunes e Rui Vilar: o Programa de Política económica e social, de Fevereiro de 1975. Aqui, sinal dos tempos, já se propunha a participação maioritária do Estado nas empresas de alguns sectores básicos da economia, bem como certos mecanismos de «controlo» da Banca. O objectivo «socializante», a expressão «reformas revolucionárias», o «antimonopolismo» (afinal uma espécie de «co-gestão» dos grupos monopolistas) modulam um projecto que, propondo-se, na expressão do próprio Melo Antunes, «subalternizar a luta de classes» e assumir-se como «nacional», se condena, nas circunstâncias do tempo, a não interessar seja a quem for. Os grandes grupos económicos, que teriam de «jogar o jogo» para que tal projecto fosse possível, já o haviam abandonado, certos de que o único poder que lhes restava era o de paralisar a economia, um dia talvez podendo vir a ressurgir como salvadores. E os trabalhadores, pelo

(1) *O Soc., a Trans., e o Caso Port.*, p. 183.

seu lado, capacitados de que «tudo era possível», dificilmente se reconheceriam em fórmulas finalmente tão prudentes e conciliadoras.

Na realidade, estava já à porta a nacionalização da banca, dos seguros e dos sectores de base da indústria, da energia e dos transportes. A autêntica «decapitação» da grande burguesia portuguesa, com a dispersão por esse mundo das suas principais cabeças (não só os «chefes de fila», como uma boa parte dos tecnocratas que os serviam), selou a certidão de óbito daquele projecto, ultrapassado agora «pela esquerda», como antes o fora «pela direita». Esta óbvia dificuldade da ideologia tecnocrática em «acertar o passo» com a realidade portuguesa deveria só por si levantar suspeitas sobre a efectiva viabilidade de uma social-democracia de tipo europeu (com a «expressão política» liberal corrente nos principais países europeus) nas condições concretas do país a que se pretende aplicá-la. Mas adiante voltaremos a esta importante questão, que está agora a renascer das cinzas, perante a óbvia tentativa de encontrar um quadro institucional capaz de lhe dar resposta, falidas que foram — e ver-se-á porquê — as instrutivas experiências dos dois primeiros governos constitucionais.

A vil tristeza da «hegemonia» P. S.

Sem nos determos no que até ao 25 de Novembro se passou, sobre o que já desenvolvemos largamente os nossos pontos de vista, é indispensável recuar até à segunda fase do VI Governo Provisório e examinar tão rigorosamente quanto

possível o significado da hegemonia socialista e da sua inevitável queda pelo Verão de 1978.

Em qualquer pacífica democracia ocidental, cujo paradigma será o modelo britânico, os partidos de «esquerda» — mais precisamente, aqueles que, por razões históricas, mobilizam os *votos* da maioria dos trabalhadores — ascendem em regra ao poder nas fases em que as tensões do sistema se agudizaram, a economia entrou em desequilíbrio persistente, em que já não são socialmente suportáveis os métodos pouco flexíveis dos partidos conservadores, aqueles em que a classe dominante politicamente se reconhece. A função (missão) dos partidos trabalhistas ou sociais-democratas é simplesmente a de repor as coisas em ordem, fazendo aceitar as impopulares políticas de austeridade e de relançamento, a troca de um poder temporário. E o sistema funciona, tanto melhor quanto maior é o controlo por esses partidos da organização sindical. Aliás, nos países em que o sindicalismo dominante escapa à articulação mais ou menos orgânica com os «partidos de poder», são os partidos de direita ou centro-direita que assumem o poder *em permanência*, escudados no reflexo anticomunista, e que, ao sabor das crises e dos períodos de «prosperidade», entre intransigências e cedências, vão realizando os «ideais» da social-democracia, sem como tal se afirmarem. Será, com efeito, a Alemanha social-democrata mais «anticapitalista» que a França giscardiana? Quem ousaria dizê-lo?

Aparentemente, poder-se-ia pensar que, em condições bem diversas de acesso ao poder, a hegemonia P. S. entre nós, que data do 25 de Novembro (e não do I Governo Constitucional, convém não esquecer), teria uma substância política idêntica e uma função afim da que acabamos de

apontar nos países de alternância governamental. Desarticulados os mecanismos normais de uma economia capitalista, bem menos por quaisquer medidas revolucionárias que tenham sido tomadas ⁽¹⁾ do que pela patente falta de autoridade do Estado para fazer face a uma vigorosa acção das massas populares com óbvio inenosprezo pela sacrossanta noção de «propriedade» (de habitações, de terras, de empresas), seria de esperar que coubesse ao verdadeiro triunfador político do 25 de Novembro — o P. S. — a missão de restaurar essa autoridade e essa ordem social sem a qual não há capitalismo que funcione. No rescaldo do 25 de Novembro, teria sido *teoricamente* possível ao P.S. impor uma espécie de «Pacto de Moncloa» que, até ao momento, evitou aos Espanhóis o recurso ao Fundo Monetário Internacional. A situação cambial em fins de 1975, sendo certamente preocupante e ameaçadora, poderia ser dominada por um governo que, nas condições de então, e pela primeira vez desde o 25 de Abril, se podia permitir agir com autoridade e sem temer uma incontrolável contestação face a uma política impopular. Não seria, nesta perspectiva *teórica*, de excluir que uma forte desvalorização imediata e uma «concertação» facilitada (forçada) pelo claro ascendente político-mi-

(1) Já muitas vezes tem sido assinalado, por muitos observadores, que as nacionalizações não são *por si só*, de nenhum modo, medidas «revolucionárias», ou mesmo sequer irreversíveis. É o contexto em que são feitas, e sobretudo o que *politicamente* as antecede ou se lhes segue, que lhes dá um sentido revolucionário ou reformista. A própria nacionalização da Banca pode ser digerida sem dificuldades de maior, e mesmo ser bem aproveitada, por um capitalismo de Estado que encontre o enquadramento institucional adequado.

litar então conseguido pelo P. S. e pelos seus aliados pudessem ter recolado a tempo o *puzzle* capitalista.

Já por duas vezes sublinhámos que isto teria sido teoricamente possível. Porém na prática não o era, como não foi. Várias condições necessárias não se encontravam presentes. A primeira era que o P. S. tivesse suficiente controlo orgânico sobre importantes massas de trabalhadores para lhes poder impor uma rigorosa «política de austeridade» sem com isso pôr em risco a sua posição em futuras e cruciais eleições. O chamado 1.º pacote de medidas de austeridade só vem a ser adoptado em Março de 1977, já levava o I Governo Constitucional mais de 6 meses de existência. E nessa altura Mário Soares é claro como raras vezes: «Resolvemos fazê-lo agora porque pensamos que era a data própria. Antes, durante o ano de 1976, foi um ano particularmente conturbado, em que houve três actos eleitorais. E antes desses era impossível tomar uma posição tão enérgica, tão clara como aquela que tomamos, *sob pena de os resultados eleitorais poderem ter sido outros*, e o país ter-se precipitado numa via que conduziria a vias antidemocráticas. Foi isso que quisemos evitar durante todo o VI Governo [Provisório], em que efectivamente se fizeram alguns empréstimos» (sublinhado meu — J. M. P.) (1). As medidas de «austeridade» mais importantes tomadas até então tinham sido as de 19 de Dezembro de 1975, que Zenha alguns meses depois confessou não terem podido ser aplicadas por «falta de autoridade», e as tomadas ainda pelo VI Governo Provisório nas vésperas de sair, já com Eanes eleito, mo-

(1) Entrevista a *O Jornal*, 4-3-1977.

mento escolhido não por necessidade mas por óbvio oportunismo partidário (1). Não é por acaso que só no seu primeiro discurso como primeiro-ministro, em 9 de Setembro de 1976, Soares pinta um quadro extremamente negro da crise económico-financeira, e atribui por inteiro as responsabilidades dessa mesma crise aos trabalhadores, cujos votos já obtivera nos dois recentes actos eleitorais: absentismo, fúria reivindicativa, preguiça, baixa produtividade, indisciplina e desrespeito, impossibilidade de despedimentos, horas extraordinárias, reduzido horário de trabalho, horas gastas em plenários, greves, pluriemprego e remunerações complementares, a «sanha destruidora», com sequestros, ocupações, etc., da época «gonçalvista». Trata-se agora, com efeito, de ganhar a confiança dos empresários, da «iniciativa privada» tão hesitante e falha de... iniciativa.

E aqui surge a segunda condição que *teria sido* indispensável ao P. S., para poder representar o papel dos seus congéneres europeus, em particular britânico e alemão: o capi-

(1) «Porquê, num repente, um governo a dar as últimas, *determina aumentos de impostos, aumentos dos preços dos combustíveis para usos particulares, restrição à saída de divisas turísticas, cortes de energia, etc.? Só agora terá concluído que a situação financeira se aproxima da ruptura? É óbvio que não. O facto é que *só agora* o pode reconhecer: já se imaginou o efeito eleitoral que teria para o P.S. a tomada de tais medidas antes das eleições? Mas (...) também não conviria ao mesmo P.S. deixá-las para o seu primeiro Governo. Isto é, tinham *mesmo* de ser *neste momento*» (in «A Economia que Zenha Deixa a Soares», *Gazeta da Semana*, 8 de Julho de 1976). Também, sobre o «eleitoralismo» das posições económicas do P.S., tornando-se mais optimistas à medida que se aproximavam as eleições de Abril de 1976, v. «Afinal em que Ficamos?», conjunto de citações de Zenha e Soares entre Novembro de 1975 e Setembro de 1976, na *Gazeta da Semana* de 23 de Setembro de 1976.

tal privado depositar nele suficiente confiança como «gestor honesto» do sistema capitalista (referimo-nos ao capital privado nacional e estrangeiro). Ora justamente uma das razões fundamentais dessa falta de confiança residia na reconhecida impossibilidade de uma «autoridade» para impor medidas duras para os trabalhadores — pois isso passaria pela capacidade de controlar os «seus» e para negociar em posição de força com o P. C. P., ambas as coisas parecendo fora do alcance do P. S. Ora essas medidas requeridas pela iniciativa privada não eram apenas, *nem sobretudo*, medidas de reequilíbrio financeiro global — aumentos de preços, medidas fiscais, empréstimos externos, etc. Eram antes (e continuam a sê-lo *hoje*): liberalização dos despedimentos, fixação e entrega das indemnizações por nacionalizações e expropriações, fim das intervenções em empresas, abertura de sectores económicos básicos ao capital privado (incluindo a actividade bancária), «esterilização» dos poderes das comissões de trabalhadores nas empresas, etc. — isto é, medidas políticas, definidoras de uma «vontade política» de restaurar plenamente uma economia de mercado. Ora era evidente que o P. S., quer pela sua enorme heterogeneidade de «partido inorgânico», quer pela sua posição minoritária em termos parlamentares (obrigando-o a constantes alianças à esquerda e à direita para «fazer passar» este ou aquele diploma), quer pela sua assumida vocação de «partido charneira» pretendendo manter um impossível equilíbrio entre gregos e troianos, não podia aspirar a tanto, pois para isso teria de tomar uma posição clara e inequívoca no campo da luta de classes. E note-se que não estamos a proclamar uma evidência que é sempre fácil enunciar *a posteriori*. Em Junho de 1976, antes ainda das eleições presidenciais, mas sendo já

então certo que o P. S. formaria governo em breve, tomei parte numa mesa-redonda, publicada no semanário *Gazeta da Semana* (números de 16 e 24 de Junho) sob o título «Onde nos Leva a Crise Económica», onde afirmei: «Há [hoje] fundamentalmente três propostas para restabelecer o equilíbrio dos mecanismos capitalistas. Uma é a do auxílio externo maciço. Tem-se falado de um ‘miniplano Marshall’ [creio ter sido Sá Carneiro o primeiro a utilizar a expressão — J. M. P./79], eu diria que seria necessário um ‘maxiplano Marshall’. A segunda é a do P. S., de certo modo retomada por Eanes: a da grande reconciliação nacional, da grande mobilização colectiva, dos acordos de progresso entre o Estado, os sindicatos e o patronato (...). A terceira, que é em traços gerais a proposta do C. D. S., embora inclua também as anteriores. Resume-se fundamentalmente em deixar jogar plenamente os mecanismos do sistema capitalista, mecanismos esses que, como se sabe, funcionam nos dois sentidos: no da desregulação e no da recuperação. E reforçando-os com a acção do Estado. Portanto deixar jogar a inflação, deixar jogar o desemprego, intervenções do Estado em termos de ‘austeridade’ necessariamente, a desvalorização da moeda e, paralelamente, o apoio e o incentivo do Estado ao desenvolvimento destes mecanismos. Como propõe o C. D. S. [no seu programa eleitoral — J. M. P./79], a banca fazendo os seus prejuízos de maneira a apoiar em crédito o sector privado, a reconstituição dos grupos financeiros, por via das indemnizações, etc. (...) [Na realidade] o que é de admitir é que um governo P. S. vá *tentar de um modo precário combinar estes vários elementos*. É natural que com apoios externos por um lado, com uma tentativa, que se me afigura difícil, de acordos mais estáveis jogando

com a sua força sindical, e por outro lado deixando jogar os mecanismos próprios de recuperação de uma forma que pretenderá controlada, um governo P. S. vá tentar um equilíbrio que eu penso impossível entre estes vários elementos, de maneira a evitar uma repressão excessivamente violenta. O problema que se põe é se esse equilíbrio é de facto viável, e se o não é, saber *o que vem a seguir*» (sublinhados J. M. P./79)(¹). E, na sequência da discussão, colocavam-se outras questões fundamentais a que se buscava dar resposta em linhas que «o que veio a seguir» inteiramente confirmou: «Até que ponto a burguesia joga no projecto P. S.? Ou, porque não joga no do C. D. S., que, em abstracto, será o que melhor exprime os seus interesses? Acredita no programa P. S., ou está simplesmente a ganhar tempo, a deixar apodrecer a situação, a procurar uma melhor relação de forças?» (²). E ainda: «Porque é que o P. S. *não pode* cumprir aquilo que promete? Porque é que o programa económico e social do P. S. *não pode* ser posto em prática?» (sublinhados — J. M. P./79 (³). Em conclusão: era já então, antes ainda de o P. S. começar a governar «constitucionalmente», evidente que, mais tarde ou mais cedo, ele teria de ceder o lugar. A explicação, em poucas palavras, era a de que não tinha condições para hegemonizar a pequena burguesia (em nome dos trabalhadores, ou do capital), pela simples razão de que eles *era* a pequena burguesia, ou melhor, a sua *ima-*

(¹) *Gazeta da Semana*, 16-6-1976.

(²) *Gazeta da Semana*, 24-6-1976 (Intervenção de Jorge Almeida Fernandes).

(³) *Gazeta da Semana*, 24-6-76 (Intervenção de Luís Salgado de Matos).

gem política. Adiante voltaremos mais detidamente a esta crucial questão.

Em Julho de 1977, poderá ter parecido que o P. S., em aliança com o P. P. D., e o C. D. S., tomava enfim uma posição clara: o «pacote político» que então fez passar na Assembleia (lei Barreto e do arrendamento rural, lei de delimitação dos sectores público e privado, lei das indemnizações, lei do «controlo de gestão e das comissões de trabalhadores») terá talvez iludido mesmo alguns sectores da famosa «iniciativa privada». Na realidade era mais uma manobra táctica, para ganhar tempo, com o único objectivo de se manter no poder até ao limite possível, julgando que comprar tudo e todos com uns lugares de conselhos de gerência ou uns favores, ou mesmo um simples «fechar os olhos» a operações rendosas em termos de prestígio, poder e dinheiro, é suficiente para satisfazer uma classe dominante, que pretende autoridade, ordem e *o poder* sem intermediários. De facto, bem poucos meses (os de férias, de resto) passaram até à queda do governo. E a sequente aliança com o C. D. S. foi apenas uma soma de equívocos e de oportunismos de parte a parte. Dessa lastimável experiência saiu um P. S. totalmente desprestigiado, e bem assim um C. D. S. cuja debilidade orgânica foi patente, vendendo-se os seus dirigentes por umas migalhas de poder, quando não era isso o que as suas «bases», mais pacientes, teriam esperado. Recordamos que, nesse mesmo período, eram igualmente fortes as tensões entre as «duas linhas» («urbana» e «rural», na expressão de Sousa Franco) dentro do P. S. D. O mesmo é dizer, sem nos querermos adiantar às considerações finais deste trabalho, que a sobrevivência da hegemonia P. S. durante perto de dois anos se terá devido, em larga medida, à

incapacidade da própria burguesia portuguesa de formular um projecto próprio, dar-lhe consistência política e uma forma orgânica sólida — muito mais do que a uma hipotética estratégia «deliberada» de permitir ao P. S. fingir que governava enquanto as condições amadureciam para que enfim a classe dominante ascendesse ao poder.

Retomemos, porém, a análise do período de hegemonia P. S. Interessa precisar porque dizemos ser o P. S. a imagem política da pequena burguesia. E para isso não nos parece necessário fazer um pormenorizado exame (ainda que fosse possível) do posicionamento social dos seus dirigentes, dos seus militantes, dos seus eleitos e eleitores. Nem sequer se torna indispensável (ainda que fosse possível) definir com rigor o que se compreende na designação de «pequena burguesia» (1), sendo suficiente caracterizá-la como uma massa social heterogénea que se determina em referência a «valores» e não em referência ao «poder» — e daí que os dirigentes políticos que segrega sejam a negação mesmo do «poder», e não o possam sustentar quando o têm nas mãos. Com efeito, o poder joga com *interesses* e não com *valores*, ainda que se sirva destes na sua função hegemónica. Ora é impossível definir o que são os «interesses da

(1) Sobre este assunto, v. p. ex.: *Ind, Ideol. e Quot.*, pp. 181-185 («A questão da pequena burguesia»); *O Soc., a Trans., e o Caso Português*, várias passagens, em particular pp. 262-266; o meu artigo «A Pequena Burguesia de que nos Esquecemos», in *Gazeta da Semana*, n.º 6, 6-5-1976; «Restauração do Capitalismo: Problema para Governantes», de A. Castro Neves, in *Gazeta da Semana*, n.º 5, 29-4-1976; os textos de Fernando Belo «Quando se fala de Pequena Burguesia...», in *Gazeta da Semana*, n.º 16, 15-7-1976 e «Nova Pequena Burguesia e Revolução, Eis a Questão», in *Abril*, n.º 3, Abril de 1978.

pequena burguesia», pois eles são variáveis e contraditórios consoante as categorias e estratos sociais que a compõem — a ordem, a autoridade, a segurança, a estabilidade, etc., «valores» caros à pequena burguesia, não podem constituir *em si* um projecto político, mas apenas *meios* para o concretizar. A pequena burguesia, por definição (a aceitarmos esta definição genérica), estará sempre dependente de projectos políticos alheios, dependente de quem lhe assegure a ordem, a segurança, etc. — que ela própria será incapaz de assegurar quando, por circunstancialismos conjunturais, disponha ilusoriamente do poder. Por isto mesmo, um governo será a «imagem da pequena burguesia» quando a sua acção revele essa ausência de projecto, essa constante mescla de interesses contraditórios, essa dependência atávica, essa fraqueza estrutural mascarada por risíveis declarações de firmeza e autoridade ⁽¹⁾, essa incapacidade de pôr em prática «valores» que, proclamados como fins que não podem ser, geram os seus contrários e conduzem à tal «negação do poder», à impotência e à queda desastrada.

Examinemos, então, os traços marcantes da acção do P. S. enquanto governo, pois a sua própria prática nos elucidará. Vejamos, ponto por ponto:

- a) Prioridade ao «político» a curto prazo, ao tático-eleitoralista, sobre o estratégico (no plano político e

⁽¹⁾ A propósito do já referido discurso «duro» de Soares, de Setembro de 1976, escrevi, na altura: «Resumindo, o discurso da aparente firmeza é, também, o da evidente impotência. (...) Um discurso que não faz mais que anunciar uma crise do poder a mais ou menos breve prazo.» (*Gazeta da Semana*, 9 de Setembro de 1976). O prazo foi inferior a um ano...

no plano económico), — isto revela desde logo a ausência de projecto, que é necessariamente estratégico e a longo prazo, e revela-se no pânico da impopularidade, na incapacidade de mobilização (ou seja de «tornar convincentes» as compensações a prazo dos «sacrifícios» pedidos hoje), na preocupação de conceder benesses e privilégios imediatos, de assentar o seu «poder» numa rede de indivíduos colocados à pressa em empresas, autarquias, instituições, comissões, etc. Soares exprimiu melhor que ninguém esta ausência de projecto ao fazer a sua famosa declaração, em entrevista à *Newsweek*: «Na realidade, se a Europa disser não [à candidatura portuguesa], que posso eu oferecer aos Portugueses?»⁽¹⁾

- b) Decorrente do anterior, escolha do pessoal «dirigente», e em particular «governante», entre os manobreadores políticos e os homens do aparelho, com total desprezo pela inteligência política, pela competência ou pela eficiência técnica. Basta vermos os homens que o P. S. responsabilizou pelos sectores económicos e financeiros: primeiro Zenha (no VI Governo), depois um «segundo plano» como Medina Carreira, ou um Sousa Gomes, que Soares pintou à «Vision» como um *grand gestionnaire* mas que, na realidade, nunca o foi, sendo obviamente muito mais um político que um técnico ou um gestor. Enfim, em princípios de 1977, já a braços com o parceiro C. D. S., o P. S. parece suspeitar de que só poderá evitar o de-

(1) *Newsweek*, 28-2-1977.

sastre (e não pode) recorrendo a homens de prestígio técnico: vai buscar Constâncio para as Finanças, e abre alegremente as portas à Intervenção Socialista. Mas já era tarde para assumir o eterno projecto «tecnocrático», que obviamente era de outros, e outros estariam em bem melhor posição para tentar realizar.

- c) Como seria de esperar, face aos pontos já expostos, uma total incapacidade de *planificar* (perspectiva necessariamente de médio/longo prazo), ou sequer de coordenar ou controlar a economia e a administração, o que não deixa de ser surpreendente num partido... socialista. Nunca tanto se terá *falado* de Planos, de Grandes Opções, e coisas no género, e nunca tão «soltos» terão andado os centros de decisão, sem orientação, sem política, sem meios. Uma simples articulação entre os planos de investimento das grandes empresas do Sector Empresarial do Estado foi totalmente inexistente: o P. I. S. E. E., (Plano de Investimento do Sector Empresarial do Estado) de Plano só tinha o nome, pois não passava de uma listagem feita à pressa de projectos na sua maioria nem sequer avaliados individualmente, quanto mais em conjunto, numa óptica «social» ou «colectiva». As várias empresas públicas iam depois fazer o porta-a-porta dos Bancos (nacionalizados!), pois nem sequer havia um plano de financiamento com fontes definidas e coordenadas. As empresas escondiam projectos umas das outras, os organismos administrativos paralisavam-se uns aos outros, os ministros negociavam «apoios técnicos externos» dispensáveis, institutos

públicos de índole técnica viam-se dirigidos por um parente deste ou daquele homem do partido, etc., etc. Ao sabor do interesse político imediato de um ou outro sector apregoavam-se ou silenciavam-se projectos como o da beterraba, o dos tractores, o da Rede Nacional de Frio, o do Alqueva, etc., etc., sem que sobre eles ninguém, de resto, tivesse bases sólidas para dizer fosse o que fosse (nem com isso estivesse minimamente preocupado). Entretanto, os «quadros técnicos», que não se contentam com as demagógicas reverências de Soares aos seus colegas emigrados no Brasil, e que são, convém não esquecer, um suporte indispensável de qualquer projecto capitalista *a sério*, esses vão-se confrangendo dia a dia com o espectáculo da inoperância e da indecisão, enquanto sentem no bolso e no prestígio os efeitos do descontrolo económico e da indefinição política, sem qualquer contrapartida visível. E vão aguardando por quem os venha mobilizar...

- d) Rédea solta à especulação, à «desordem social», à «insegurança» — enquanto a «desordem» de 1975 era o embrião de uma «nova ordem», e naturalmente só era desordem do ponto de vista dos interesses antes dominantes (ou, pelo menos, assim pode ser interpretada), ao assumir-se contra ela o P. S. era obviamente investido da missão de reconstruir a «ordem capitalista», que, é bom ter presente, é uma profunda desordem do ponto de vista dos que se lhe opõem. O P. S. limitou-se a acenar com isso, a *falar* de ordem e de autoridade, incapaz, pelas suas próprias contra-

dições, de a traduzir em factos. Sendo assim, é claro que o sistema económico só podia ir-se «desordenando» cada vez mais, até porque não era a ele que se dirigiam as preocupações dos dirigentes socialistas: eles viam a ordem *em si* como *objectivo* político, quando, como atrás vimos, um Poder autêntico se serve dela como meio para realizar o seu projecto, e tem a noção muito consciente de que não há ordem política ou social *sem* ordem económica. Daí que o P. S. não tenha feito mais do que, deixando agravar a situação económica, dar largas a uma autêntica «Lei da selva» no campo das relações entre indivíduos e grupos sociais, e em particular dar rédea solta a todo o arrivista, a todo o especulador, a todo aquele que prospera em situações de hesitação e confusão do poder. Estes terão sido, no curto prazo, os grandes beneficiários dos governos P. S., mas eles sabem, melhor que o P. S., que tais períodos são transitórios e precários — e por isso não só porfiam em se aproveitar rapidamente das circunstâncias (1), como tanto mais desprezam e ridicularizam aqueles que lhes fazem criminosamente a dádiva da prosperidade. É bem sabido que o corruptor sempre despreza o corrompido, ainda que disso colha os benefícios. Nada disto o P. S. compreendeu, se é que *podia* compreender. Os grandes e pequenos especuladores são uma «base social» mais que frágil para um partido que

(1) Houve um negociante de peixe que declarou sem pejo a um repórter do *Diário de Notícias* que «dia em que não faço 80 contos, não é dia!»

não se cansa de se proclamar «majoritário», «grande partido nacional», «partido-charneira», etc., etc. ...

- e) Uma total desinibição quanto ao abismo da dependência financeira externa — Como era inevitável, face ao agravamento crescente da situação económico-financeira, da sua *própria responsabilidade*, o P. S., uma vez mais, só foi capaz de soluções de curto prazo. Foi atamancando como pôde os sucessivos momentos críticos em que o Banco de Portugal se aproximou da ruptura cambial, e a certa altura apostou tudo no «grande empréstimo» de 1,5 biliões de dólares, coisa que se passaria entre gente amiga, sem condições, sem «quebra de soberania». Até que percebeu que também isso não passava de pura ilusão e que para obter metade tinha de passar pelas condições sobranceiras do F. M. I. Perdeu todo o ano de 1978 nestas doces conjecturas, em total inconsciência de que tais condições se tornavam mais «duras» cada dia que passasse. Mas o que importava era manter-se no poder (?), ir fazendo as suas negociatas de votos e apoios com os outros partidos, e depois apresentar o acordo que lhe fosse imposto como uma grande vitória. Claro que não conseguia mais do que enganar-se a si próprio, e ir enxotando os recalitrantes. Aliás, é bom salientar que o próprio acordo com o F. M. I. é um acordo de curto prazo (1 ano), o que encaixa perfeitamente na visão do P. S.. Certo de que o longo prazo não poderia deixar de ser a continuação do P. S. no governo, o importante era assegurar isso mesmo, apresentando-se como o salvador permanente,

capaz de encontrar soluções miraculosas para os seus próprios erros...

Nesta mesma perspectiva, é evidente que um tal governo despreza por completo o problema de fundo, que é o económico, em favor do conjuntural, que é o financeiro. Suspeita-se mesmo haver dirigentes de vulto que têm sérias dificuldades em destrinçar uma coisa da outra: é frequente ver mencionado o «auxílio económico externo», quando se quer designar os empréstimos obtidos para fins de equilíbrio financeiro.

Ainda quanto a este ponto, é de sublinhar que a «integração europeia» é para o P. S. apenas um *slogan* ou uma «ideia». Nada tem que ver com um verdadeiro projecto, que implica a elaboração de uma estratégia e de uma metodologia. Independentemente da posição que se tome em relação a esta questão, é certo que a incapacidade patente do P. S. para controlar a economia só pôde colocar Portugal em situação cada vez menos favorável para suportar os efeitos da dita integração, justamente o contrário do que o P. S. desejaria.

O P. S. foi a «vontade de dependência» (objectiva), em todos os domínios, foi a total falta de confiança não só em si próprio (o que seria o menos), mas nos Portugueses e nos recursos nacionais.

- f) Finalmente, corolário de toda esta acção confusa e inconsequente, o total desencontro com qualquer «base social», fosse ela qual fosse. Tendencialmente mais colado aos partidos à sua direita (os financiado-

res internacionais, os futuros parceiros europeus não veriam com bons olhos demasiadas concessões ou compromissos à sua esquerda), o P. S., «grande partidos dos trabalhadores», viveu o dia-a-dia das alianças circunstanciais, para se ir agüentando sem descontentar ninguém, e, naturalmente, descontentando todos. Perante os trabalhadores, tudo o que pretendeu fazer foi tentar convencê-los de que «do mal o menos», ou seja, antes o governo ser P. S., que pior ainda, e que caindo o P. S., viria necessariamente «pior ainda». Diga-se de passagem que esta posição teve considerável audiência, em particular junto do P. C.P., o que não evitou que o tal pior acontecesse. Nem podia evitar, porque era simplesmente inevitável.

Perante os empresários, o capital (nacional e estrangeiro), o que o P. S. fez foi ainda assim insuficiente, pouco convincente e operacional. O P. S. foi sempre suspeito de acordos e compromissos mais ou menos secretos com o P. C.P., foi incapaz de inspirar a «confiança» necessária, de levar as suas decisões até às suas lógicas consequências — numa palavra, quis fazer o jogo capitalista *sem tomar partido*, o que é uma incongruência. Os seus congéneres alemão ou britânico não põem em causa, e demonstram-no por palavras e actos, o sistema capitalista, e agem em conformidade.

Em tudo isto se torna patente que o P. S. nunca poderia ser o portador do projecto de «reordenação capitalista», nunca poderia — como julgou — hegemonizar essa massa heterogénea que comodamente se designa por pequena bur-

guesia. O P. S. é, ele próprio, a consubstanciação dessa mesma pequena burguesia, da sua impotência, do seu «in-Poder». Limitou-se a desempenhar um papel de tampão temporário, a incidentalmente desacreditar a ideia e o projecto do socialismo. Ou seja, a preparar essa mesma pequena burguesia para aceitar e confiar na hegemonia de outros. Não estando os trabalhadores, todos aqueles que rejeitam o sistema económico e social capitalista, em posição de disputar o poder — e é inequivocamente essa a situação —, o que tem sucedido, como vamos ver, é que a própria burguesia, que habitualmente se identifica com o «poder económico», está longe de se ter «reencontrado», de se candidatar ao poder sem intermediários.

É altura de observar agora o primeiro passo desse hipotético reencontro, fase que no momento presente atravessamos, onde nos vão surgir algumas figuras que se diriam desenterradas do quadro que pintámos no *Pensar Portugal Hoje*.

A terceira investida (ou «classe dominante, procura-se»)

Ter-se-ão alguns surpreendido com a linguagem saudosista, se não revanchista, do eng. Rogério Martins no recente Congresso das Actividades Económicas — ele o liberal dos primeiros anos Setenta. Ter-se-ão outros, ou os mesmos, inquirido das razões por que as «figuras de proa» do dito congresso não foram finalmente os empresários, mas uns quantos artistas convidados que vieram falar de «estratégia industrial», de «política económica», de «política»

tout court. Interrogar-se-ão uns quantos no que respeita ao papel de porta-voz empresarial de um ser tão obviamente incapaz e apagado como António Vasco de Melo, cuja ignorância em matéria de grandes projectos industriais em Portugal ainda há bem pouco me foi atestada por um técnico estrangeiro em missão de estudo para o Ministério da Indústria. E quedar-se-ão por fim muitos igualmente perplexos, ao ouvir o eng. Amaro da Costa reclamar o regresso ao sector privado das empresas nacionalizadas, declarando a propósito: «Não queremos reconstruir impérios, mas grandes empresas, para que se ultrapasse a fase das pequenas e médias empresas, a pequena e média economia. Com pequenas e média empresas, seremos um país de anões» (1) — ele, eng. Amaro da Costa, que um ano atrás promovia a aliança governamental com o P. S., que subscrevia a sua política (?) económica e financeira, o seu «respeito intransigente» pelas nacionalizações, o seu carinho tão sentido pelas pequenas e médias empresas...

Seria demasiado fácil, e no entanto não totalmente errado, explicar tudo isto em termos de «cada um (ou cada grupo social) tem o porta-voz (ou os porta-vozes) que merece». O que sucede é que os empresários portugueses nunca souberam verdadeiramente o que é uma economia de mercado, mas apenas lhe conheceram os benefícios sem lhe conhecer as «servidões» (a necessidade de se manter competitivo sem protecções nem reservas de «entrada» no respectivo sector, a «obrigatoriedade» do investimento, bem como a da evolução tecnológica, as confrontações sociais, a consciência de

(1) Citado no *Jornal de Notícias* de 11-2-1979.

que melhores salários significam um alargamento do mercado mas simultaneamente impõem expansão, e por aí adiante). As citações que fazemos de Ulisses Cortês, Correia de Oliveira e Ferreira Dias no Capítulo I do presente livro (pág. 33 a 38 às 1.^a e 2.^{as} edições) são suficientemente elucidativas a este respeito: foi o Estado que «criou», protegeu e fez prosperar a grande maioria dos nossos industriais. E foi a lógica de uma abertura inevitável nas relações económicas externas (o que também é historiado neste livro) que levou alguns, já então à cabeça dos grandes grupos financeiro-industriais que se constituíram ou consolidaram na década de Sessenta, a apostar nem sequer muito convictamente no modelo liberalizante que os «tecnocratas» propunham e que era o de uma autêntica economia de mercado «europeia» — a qual não faria mais do que reforçar as posições desses grupos, ainda que sujeitos a uma mais apertada malha de relações (de dependência, de controlo) com o capital estrangeiro.

Ora o sector empresarial privado hoje em Portugal é, em poucas palavras, constituído por escassas empresas de certa importância, pela legião de pequenas e médias empresas possuídas, na sua generalidade, daquele espírito proteccionista e inseguro que sempre as caracterizou — e *sem* grandes grupos económicos. Os pânicos e terrores por que passaram em 1974-1975 levam-nas hoje a clamar alto e bom som por uma «economia de mercado» que não sabem o que é, ou que julgam ser *o que era*. E a esquecer pânicos e terrores antigos, como aqueles por que passaram, escusadamente, em 1970, quando no famoso Colóquio de Política Industrial ouviram Rogério Martins (!) anunciar o fim do condicionamento industrial: nessa altura tremiam só de ou-

vir falar em economia de mercado (pois era disso que se tratava), enquanto ele, Rogério Martins, lhes não escondia a pouca consideração em que os tinha como empresários e viria a deixar finalmente como herança palpável uns quantos empreendimentos capital-intensivos, assentes em grandes grupos económicos, que *hoje* reputa de perfeitamente inadequados ao modelo de desenvolvimento que *hoje* propõe. As voltas que o mundo dá...

Não são obviamente estes os que agora retomam a visão «tecnocrática» de 1970, caracterizada e suportada por um poder económico concentrado e por empresários «dinâmicos» e «eficientes». O «modelo» que saíu do difícil cozinhar elaborado no tal Congresso das Actividades Económicas por velhos inimigos reconciliados pelos sobressaltos revolucionários é efectivamente o de um capitalismo de pequenas e médias empresas (basta ver os tipos de actividades industriais «recomendadas»), o tal país de anões de que fala o impagável dirigente do C. D. S. — que, de resto, amanhã dirá o contrário se nisso vir conveniência. Mas também este não compreende nada, reclamando desnacionalizações, esquecendo que o poder político que tivesse força para o fazer (ou que um dia porventura o tenha) o varreria a ele com a mesma vassourada. Não vale pois a pena continuarmos a ocupar-nos com esta gente nem com estes portavozes. Eles virão um dia eventualmente a ter importância como «base de apoio» a qualquer coisa que uma vez mais não compreenderão, que os porá no seu lugar com a soberania e a sem-cerimónia de quem tem o jogo nas mãos.

Onde vamos então encontrar os autênticos ressuscitados do projecto tecnocrático? Obviamente naqueles que «reconhecem» onde está hoje o «poder económico concen-

trado» e que dele procuram partir para reconstruir uma autêntica economia de mercado devidamente *integrada* no sistema capitalista internacional. Ora esse poder económico (grandes sectores básicos e banca) está hoje nas mãos do Estado, e não se vê como, *politicamente*, possa deixar de o estar a médio prazo, sem uma convulsão abertamente anti-democrática. Sendo assim, trata-se de utilizar este poder económico para o fazer desempenhar o papel de revitalizador e «servidor» da iniciativa privada, papel esse que tão bem lhe assenta noutros países em que o sector público é importante. Entretanto, tratando-se de homens lúcidos e que por isso mesmo têm em má conta a «iniciativa privada» portuguesa, ao mesmo tempo que se defrontam com as urgências do afluxo de capitais externos para alimentar a balança de pagamentos, é lógico que apostem na entrada de «capitais produtivos», que ardam pelo investimento estrangeiro e que torçam o nariz ao F. M. I., classificando-o no domínio do «mal necessário».

O governo Nobre da Costa era *isto*, e o próprio Nobre da Costa o exprimiu com certa clareza (incluindo o desdém pela «iniciativa privada» existente) numa entrevista à Televisão. A criação da Quimigal e o projecto Renault, duas obras suas enquanto ministro, são como que símbolos daquela orientação. Mas, melhor que ninguém, é na extrema limpidez da prosa de um Sousa Franco que este «projecto» se exprime — o único hoje com alguma coerência, se bem que com as fragilidades que adiante veremos, e que porventura o virão uma vez mais a desfigurar. Segundo ele, o VI Governo Provisório e os dois primeiros governos constitucionais corresponderam à «3.^a fase da nossa economia pós-revolucionária: a fase de normalização lenta da economia de

mercado e da 'desgonçalvização'» (1) (as anteriores haviam sido a de uma «economia de revolução indefinida», até ao 11 de Março, e depois, até ao 25 de Novembro, «uma economia revolucionária e de transição para o colectivismo de inspiração soviético-cubana»). Embora dê um relevo muito especial às «leis de 1977», já atrás referidas, que terão contribuído para a recuperação daquilo a que chama uma «confiança expectante» ou «confiança desconfiada» por parte dos empresários, constata que a «fase do F. M. I.» fez desabar «em cheio a austeridade (que tão-pouco agrada às empresas como aos consumidores) num momento em que mal se iniciava a recuperação económica: e entrou-se, assim, numa nova e mais prolongada fase de *estagnação deliberada*». De passagem, e para efeitos de comparação com a previsão que fazíamos na citada mesa-redonda da *Gazeta da Semana* no que dizia respeito aos vectores de política económica que o P. S. iria tentar precariamente combinar, vem agora Sousa Franco confirmar: «[o soarismo] caracteriza-se pelo regresso pouco coerente, mas todavia claro, aos modelos ocidentais, e pela prossecução simultânea de duas ou três políticas (portanto, pela inexistência de *uma* política)». Quanto à 4.^a fase, em cuja gestação, segundo ele, nos encontramos, aponta quatro cenários evolutivos possíveis: estagnação prolongada, estabilização desenvolvimentista, expansionismo ditatorial e ditadura socializante. É claro que a última aparece mais como «hipótese teórica» do que como uma perspectiva realmente possível, e poucas linhas lhe são dedicadas. A terceira é apontada essencialmente como aquilo a que

(1) «A Economia do nosso Descontentamento», in *Diário de Notícias*, 5-1-1979.

poderá conduzir o falhanço das duas anteriores. Quanto à primeira, ela seria simplesmente a «manutenção do presente padrão de crescimento e do actual modelo de política económica», ou seja, o modelo «F. M. I.», unicamente preocupado com a estabilização a qualquer preço. «Então crescentemente Portugal se aproximará dos padrões do Terceiro Mundo, ou evolucionará para uma situação» ditatorial. É, pois, no modelo de «estabilização desenvolvimentista» que está a verdadeira saída da crise. Como se caracteriza? «De algum modo, os dados negativos da fase de estabilização mantêm-se. Pressupõe-se, todavia, uma recuperação rápida primeiro do investimento externo (triplicando pelo menos os níveis actuais até 1980), uma reactivação posterior das instituições financeiras e do investimento privado interno com a consolidação de um sector público menos ineficiente, a possibilidade de exportação de mão-de-obra para o exterior (em níveis equivalentes a cerca de meio milhão de almas de hoje até 1985), uma certa expansão (ainda que mitigada) nas economias ocidentais a que estamos mais ligados. Ao mesmo tempo, exige-se um projecto de governo democrático estável — que creio só ser possível a partir de um compromisso democrático entre forças sociais e políticas amplamente majoritárias, com o consenso das Forças Armadas, através do presidente da República, e uma clara regra de jogo de 'oposição dentro do sistema' do P. C. P. Exige-se a definição correcta das prioridades económicas nacionais, através de um plano a médio prazo que tenha o mesmo consenso de maioria. Exigem-se programas de remodelação estrutural (reforma fiscal, administrativa, etc.) e de equipamento e bens sociais intensos, e um programa de auxílio externo a Portugal mais no plano técnico que financeiro.»

Sem ser o poder ditatorial da 3.^a hipótese, que reprivatizaria, criaria « condições sociais drasticamente favoráveis aos patrões», entraria em «confrontação violenta com o P. C. P.», não deixa Sousa Franco de assinalar que a situação de crise do país exige «um estilo mais decidido e eficaz, quiçá mais 'autoritário' de governo» (1). E para salientar bem a posição do autor face à questão «sector público/sector privado», interessa citar algumas passagens de outro artigo seu (2): «A questão sector público ou privado foi sempre, entre nós, um exemplo magnífico do dogmatismo lusitano.» Segundo ele, passado o endeusamento das nacionalizações no pós-25 de Abril, em contrapartida «hoje, assustam-nos com uma certa imagem dos défices do sector público — que não é afinal de todo ele, mas apenas de certos sectores: uma discutível comunicação social, uns transportes que em todo o mundo estão em crise, uma agricultura e pescas que são o primeiro dos cancros nacionais, desde há vinte ou trinta anos. E então toca a culpar de tudo o sector público assustando-lhe os gestores, que são dos melhores gestores portugueses (por vezes sem comparação com gestores privados equivalentes), em vez de lhes definir objectivos e mandatos. Toca a pôr em causa a utilidade das empresas essenciais do sector público, em vez de as integrar numa política económica planeada (o que temos não são verdadeiros planos). Toca de tudo confiar numa vaga iniciativa privada, sem curar de saber se ela tem projectos ou apenas apresenta queixumes e reivindicações irrealistas, ou se é a iniciativa priva-

(1) Todas as citações que têm vindo a ser feitas são do mesmo artigo referenciado na nota anterior.

(2) «Três Problemas, Três Vícios», in *Diário de Notícias*, 2-2-1979.

da estrangeira que vai aproveitar portas abertas para perdemos ainda mais, todos, as alavancas de comando da nossa vida colectiva». E acrescenta: «Está provado que o motor da expansão económica, da exportação, da criação de empregos novos tem de ser o sector privado; está provado que, para manter um sector privado eficiente, para executar políticas económicas globais, para manter alguns sectores básicos e controlar sectores infraestruturais ou financeiros, para bem aproveitar a malha de relações interindustriais, é necessário jogar num sector público eficiente, tendencialmente aberto e competitivo (embora protegido na fase de reestruturação). A escolha é sector privado e sector público; nunca pode ser a disjuntiva.» Não se pode ser mais claro nem preciso. Só um sector público forte pode «fazer peso» face a um investimento externo que se deseja cresça muito rapidamente, ao mesmo tempo que contribuirá (entre outras coisas, com os seus défices, recordamos) para a dinamização de um sector privado que se quer eficiente. A «vaga iniciativa privada» nacional virá por esse processo a ser arrastada, e não será por certo a que manifestou os seus queixumes (e não os seus projectos) no lamentável Congresso das Actividades Económicas.

Não é por acaso que o projecto da revisão constitucional de Sá Carneiro está bem mais próximo desta visão «social-democrata» do que dos seus próprios direitismos anteriores, desse modo entalando ainda mais um P. S. cuja proposta para os anos Oitenta, aliás com a marca de um sector viziinho daquelas posições (o sector Guterres), revela um eclectismo confuso e pälavroso — como seria de esperar. Não é também por acaso que o P. S. D. está hoje em melhores condições que outro qualquer partido para se candidatar a

uma hegemonia política que espera lhe advenha de próximas eleições, sob reserva das latentes contradições internas, que finalmente significam, após o descrédito em que caiu o C. D. S., ser no seu interior que hoje essencialmente se defrontam, e entrarão em eventuais compromissos, as duas grandes fracções, tradicionalista e modernista, da burguesia portuguesa. O projecto que, via Sousa Franco, deixámos aqui registado é verdadeiramente o homólogo, *para as actuais condições*, do projecto dos liberais marcelistas. Terá mais *chances*, nesta terceira investida? (1)

Um primeiro ponto a assinalar é que, sendo antes um projecto «liberalizante», é hoje, contrariamente, um projecto de «reforço da autoridade», não só sobre a economia como sobre a sociedade civil. Como nem sempre é fácil dosear a «justa autoridade», e candidatos a salvadores não faltarão, a fronteira entre os cenários 2 e 3 de Sousa Franco pode não ser tão clara como ele admite, e entre uma «democracia musculada» e um «bonapartismo mais ou menos es-

(1) À data em que procedo à última revisão deste texto, está-se em plena 'crise do Orçamento', de que ainda se desconhece o desfecho. O tipo de análise que faço não é naturalmente o mais adequado ao tratamento de situações pontuais. Limito-me a acrescentar que o ressurgir das «latentes contradições internas» no PSD vem sublinhar a grande desorientação que persiste na burguesia portuguesa, e reforça a perspectiva pouco tranquilizadora (de que se fala na parte final do texto) de que o único quadro institucional imaginável para a «reordenação capitalista possa ser o de um poder de «salvação nacional». A menos que ainda venha a ser tentado um reagrupamento de sectores ideologicamente afins, a partir dos escombros do PS, PSD e CDS, que suportasse, numa arriscada manobra de 'último recurso', um projecto de hegemonia presidencial, uma vez mais decalcado do *gaullismo*.

clarecido» é bem capaz de medear apenas um curto passo tentador.

Mas, segundo ponto e mais importante porque ele determinará a resposta ao anterior, não se vê distintamente que força (bloco) social dominante suportará este projecto. A grande burguesia portuguesa é hoje uma espécie de aristocracia revanchista sem sólido poder económico nem base de acumulação própria. Neste aspecto, não têm qualquer sentido as comparações que se fazem, em termos puramente percentuais, entre a importância do sector público em Portugal e em outros países europeus, como a França ou a Itália. Nestes países existe um sector público vasto, mas paralelamente existem as Fiats, as Schneider, as Rhone-Poulenc, as Olivetti, além dos grandes grupos multinacionais, de grandes bancos de investimento, etc. Em Portugal, para além do sector público empresarial, são poucos os interesses nacionais que possam confrontar-se em poder económico com ele, e o próprio capital multinacional está quase todo disperso por actividades de pequena/média dimensão. Mesmo admitindo que, sem fazer desnacionalizações, se abrem à iniciativa privada sectores hoje reservados ao Estado, não se vê facilmente como se virá a reconstituir uma grande burguesia que não venha com a muleta de um capital estrangeiro que manterá sempre uma posição dominante, além de dificilmente poder actuar em sectores que constituam uma rápida base de acumulação/poder.

O projecto social-democrata, é, pois, um projecto eminentemente voluntarista, que pressupõe, para arrancar, a força necessária de uma «burguesia de Estado» assente nos quadros e gestores do sector público, força *política* cuja determinação só pode advir de uma convicção «ideológica» e

não de um suporte social claro. Pois mesmo que se conceba, no limite, e nas actuais condições portuguesas, que a «classe dominante» em Portugal virá finalmente a ser, como em tantos países do chamado Terceiro Mundo, uma «burguesia internacional», o facto é que esta necessita habitualmente de uma classe-correia de transmissão local que lhe assegure a estabilidade desse domínio. A dificuldade está em a «reconstruir», em termos de poder económico *de facto*, pela acção convergente do Estado-patrão e dos investidores estrangeiros. (1).

Daí os perigos óbvios da situação que vivemos. A decapitação da grande burguesia portuguesa em Março de 1975, por não ter ido até às últimas consequências, veio a traduzir-se hoje (é isto a dialéctica) num vazio que coloca sérios obstáculos à revitalização, a outro nível, do sistema capitalista. Do que só teríamos de nos felicitar se as forças anticapitalistas tivessem um projecto alternativo convincente e sólido. Só que não têm (2).

Importa ainda ver brevemente como se posiciona neste quadro o governo Mota Pinto, que alguns abusivamente

(1) — A eventualidade de instalação em Portugal de um grande projecto europeu da Ford poderá dar ao investimento estrangeiro 'garantias' muito mais fortes do que qualquer legislação decretada por um governo português. A presença da Ford será, para esses investidores, um aval comparável ao que os acordos com o FMI são no plano do crédito externo: se a Ford se instalou é porque *haverá* estabilidade social e política, e a própria Ford velará por isso...

(2) Sobre os mitos de que continua a viver a esquerda portuguesa, ver adiante o texto «Repensar a Esquerda».

identificam com o anterior (Nobre da Costa). Ora, muito diferentemente deste último, o actual governo é uma combinação heterogénea de uma *componente «autoritária»*, essencial ao projecto tecnocrático, mas com ressonâncias muito mais próximas dos pânicos da pequena burguesia e da grande burguesia revanchista (um Proença, um Loureiro dos Santos, o doutoral e provinciano Mota Pinto bem pouco têm que ver com os arautos daquele projecto), e de uma *componente «tecnocratizante»* confusa e pouco determinada. Um homem como o ministro da Indústria, que, pela sua formação e pelo seu passado, se inclui naturalmente nesta última componente, produz um discurso contraditório e desconexo, de que são exemplo as suas duas entrevistas ao *Expresso* e ao *Diário de Notícias* de 24-2-1979. É manifesta a sua perplexidade perante o dilema que é o da sua óbvia convicção quanto aos benefícios da existência de grandes grupos privados face à não menos óbvia dificuldade em os «recriar». À pergunta sobre se se formarão inevitavelmente grandes grupos, responde: «É difícil dizer. Para já é preciso que exista à partida um certo poderio económico, que não está realizado.» Por outro lado, declarando-se de acordo com o chamado «modelo de Xavier Pintado», não deixa de acentuar: «Há muita gente a dizer que os problemas do País estão resolvidos a partir do momento em que tudo seja de novo entregue ao sector privado. Temo que muitos dos que hoje bradam pela iniciativa privada julguem que vão voltar a funcionar como antes do 25 de Abril. Mas não é isso que vai acontecer. É bom que o sector privado tenha consciência de que o governo vai estabelecer condições de concorrência análogas às dos países da Europa Ocidental. O sistema protecctionista de antigamente, à sombra do qual se desenvol-

veu uma boa parte das nossas empresas, não terá continuidade.» Mas, em contrapartida, ressalta das suas palavras que o sector empresarial do Estado é por ele encarado como um autêntico fardo, uma fonte de preocupações, um modelo de ineficiência. Só que, quanto a desnacionalizar, solução com que aparentemente simpatizaria, «Fazer sentido, faz. A Constituição é que não permite.» Dos grandes projectos do sector público, quase todos lhe suscitam dúvidas e serão reavaliados, estando alguns suspensos. De Plano é coisa que nem se fala, e a única saída que vê para novos projectos públicos industriais, que não imporá mas recomenda ao sector privado, é a da associação com o capital estrangeiro: «A nós parece-nos que haverá toda a vantagem em que também o sector privado vá buscar vantagens à associação com empresas estrangeiras, mas neste momento penso que é ao sector privado que deve competir a opção.» Enfim, quanto à política económica global, e embora o governo se tenha explicitamente declarado «desenvolvimentista», parece ir a sua preferência (desencantada, é certo) para o 1.º e não para o 2.º dos «cenários» de Sousa Franco: «[A articulação entre o crescimento e a reorganização financeira] não é fácil e impõe certos limites muito precisos. Nesta primeira fase, a estabilização é o objectivo número um. Mas não nos podemos ficar por aí, porque levaríamos o País à estagnação total.» No entanto, é para aí que caminhamos, pois só uma decidida aposta no sector público (nacionalizado e «grupo I. P. E.») poderia relançar a economia, na situação actual — coisa que compreendem os tecnocratas «coerentes». Ora a mescla inconsistente que é o governo Mota Pinto não quer fazer tal aposta, não fosse com isso tornar ainda mais «desconfiados» os empresários privados em quem, no fim de

contas, ninguém acredita — embora se saiba que não há capitalismo sem eles... E não só não quer como não a *sabe-ria* ganhar, com uma equipa das Finanças e do Plano de um nível de incompetência que ultrapassa o que de pior o próprio P. S. conseguiu reunir! O que, aliás, essencialmente diferencia este governo de um governo Soares talvez seja, apenas, o facto de que, sem preocupações eleitorais, pode ir mais longe do que ele no capítulo da «autoridade» e da «firmeza», e isso é politicamente importante e significativo. Não nos esqueçamos de que o P. S. «chumbou» Nobre da Costa e avalizou Mota Pinto, esperando, certamente em vão, vir a beneficiar da sua inoperância.

Temos, então, resumindo, uma situação na qual, entre uma burguesia ainda dispersa, titubeante e *afastada dos centros vitais de decisão directa sobre o destino do excedente gerado na produção* (função essencial de uma burguesia dominante, e que hoje tem de confiar a terceiros), e um movimento operário organizado em torno de uma estratégia de pura resistência/sobrevivência, «vagueia» uma vasta pequena-burguesia que, como nos anúncios dos jornais, «se entregará a quem provar pertencer-lhe». Equilíbrio sumamente instável e ameaçador, já que em tais configurações não é raro surgir uma «instituição nacional» (um presidente «bonapartista», umas Forças Armadas messiânicas, p. ex.) que vem falar — com argumentos «musculados» — da salvação da Pátria. Que tal instituição se venha a reclamar de um projecto «económico» semelhante ao «social-democrata», que muitos dos «bons gestores portugueses» e outras almas tecnocratas alinhem nessa solução — nada disso é de excluir. Certo é que tal projecto ficará, como atrás dissemos, completamente desfigurado e cairá facilmente no 3.º

cenário de Sousa Franco, o qual significa a reconstituição pela força da grande burguesia portuguesa, a quem será devolvido o poder económico sem o qual não existe.

É dramático que, em consequência dos erros cometidos e não assumidos, dos triunfalismos ociosos, da recusa persistente de uma análise fria de factos que nem por serem ignorados deixam de o ser, de tácticas que já se provou serem suicidas, de uma preocupação obsessiva em serem muito mais uma força *eleitoral* (que tem limites evidentes) que uma força *social* inventiva e crível, as organizações que se reclamam dos trabalhadores, do «anticapitalismo», se encontrem numa posição de sério «encurralamento», não oferecendo perspectivas a prazo e fazendo correr aos trabalhadores riscos porventura evitáveis. Esta é uma questão que mais detidamente examinamos no texto seguinte.

VII

REPENSAR A ESQUERDA (1)

Depois de Mateus I (Eduardo Lourenço que o diga) e de Mateus II (que, ao pouco que de lá transpirou, não deve ter passado de um deleite espiritual sem consequências, em que cada um, como a madrasta da Branca de Neve, se assegurou, frente ao seu espelho mágico, ter a «mais linda» mente de quantas por aí pululam), deveria ter-se tornado transparente em definitivo para a Esquerda portuguesa — em particular para o seu sector intelectual — que não é possível repensar Portugal sem que primeiro essa mesma esquerda se repense a si própria. Autonomamente, sem estereótipos, nem mitos, nem complexos.

A esquerda e o «risco»

Em tempos que já lá vão e que nos esforçamos por acreditar que não voltarão, o administrador de uma grande empresa hoje nacionalizada explicava a um subordinado que,

(1) Texto publicado no «*Diário Popular*» de 18.2.1979.

nas suas relações com o «grande chefe» Champalimaud, o essencial era ser capaz de diariamente ter a percepção de «onde estava o risco»: a partir daí, bastava ter o pé sempre do lado de cá — o que nem sempre era fácil, pois a posição do dito risco variava muito com os humores flutuantes de S. Ex.^a, Regra de ouro que o aguentou sem problemas até ao 25 de Abril, após o que manteve a fama de grande gestor, passando por várias empresas públicas até vir um dia a sentar-se num cadeirão do Terreiro do Paço...

Aquilo a que se tem convencionado chamar de Esquerda, depois de ter durante bastante tempo ignorado a existência de riscos desses (e de outros), tem vindo cada vez mais a viver obcecada com um problema idêntico ao daquele prudente gestor. Verbalmente, vai tentando impor à Direita um risco — a Constituição —, que nem por isso deixa de ser pisado a cada instante, mas, no concreto da sua acção, dos seus comportamentos, é o contrário que se verifica: a Esquerda preocupa-se, acima de tudo, com o risco que não deve, ela própria, pisar para não pôr em perigo a democracia. Sucede que, por este andar, e à velocidade com que a Direita vai alargando o seu espaço de manobra, não tarda muito que a Esquerda tenha de pensar duas vezes antes de dar um simples «passo em frente»... Até que porventura a ponham definitivamente «em sentido», para o que a «democracia», que então não passará de uma doce recordação, já não lhe servirá de muito. A esquerda alemã dos anos Vinte bem se reconheceria nesta perspectiva, talvez catastrofista, mas infelizmente mais realista do que muito triunfalismo verbal que ainda por aí anda.

Se fosse necessário um exemplo de que assim é, bastar-nos-ia referir a evidente impotência da Esquerda na sua

apreciação do «funcionamento das instituições». Quer em termos de análise «séria» quer no domínio, contundente por excelência, do «humor», a Esquerda receia constantemente, ao assumir a lucidez (quando não a acidez) dos comentários que em cada instante se ouvem de bocas populares, estar a «fazer o jogo da reacção». Jornalistas que se distinguiram pelo seu humor corrosivo nos tempos em que o alvo era o M.F.A., murcharam por completo a sua verve ao «descobrirem-se» de esquerda e ao sentirem-se com isso (se fosse só com isso...) obrigados a promover figuras como o sr. Alegre — coisa que não dá margem para ter muita graça, convenhamos. Os que já então desposavam o M.F.A., numa entrega/conquista que fazia lembrar o «abraço mortal» de certos bicharocos cujo nome já me falece (vai longe a zoologia tipo *fait divers* dos tempos do liceu), esses nunca se preocuparam muito com distâncias críticas, certos que estavam, coitados, que o «povo» estava por tudo — e ficou-lhes, que já lhes vinha de trás, o hábito pouco saudável de só sorrir do que permite o «regulamento», que é como quem diz, de não... pisar o risco. Os próprios autores de revista teatral «de esquerda» vêm-se aflitos hoje em dia para exercer o seu humor e preferem bater desapiedadamente em Salazar, não vão, ao lançar as suas frechas ao «mundo político» actual, estar a contribuir para desagregar as «instituições democráticas». O que faz com que o espectador se recorde de que piadas ao Salazar as ouviu bem mais saborosas no tempo em que «o risco» era traçado pela censura e em que corajosamente se tentava e tantas vezes conseguia «torneá-lo».

Tais pânticos e tal impotência auto-imposta não fazem mais do que, obviamente, deixar o monopólio da crítica e,

dentro dela, do humor acerado a uma Direita que, de mão-beijada, vê «vir a si os descontentes». Ora não é esse, certamente, o objectivo da Esquerda. Mas que Esquerda?

A esquerda e o mito da maioria

Repensar a Esquerda não é mais, finalmente, do que buscar resposta a esta interrogação, a que se tem fugido, substituindo-a por um difuso sentimento de identidade (ou de «companheirismo») de posições face a questões aparentemente simples e indiscutíveis — a defesa da Constituição, das «conquistas de Abril», dos «interesses dos trabalhadores», etc. Sucede que ninguém paga nada por se proclamar em inflamados comícios defensor das «conquistas de Abril», mas muitos ganham, ao fazê-lo, a manutenção de situações de privilégio ou de poder que obtiveram quando torciam mais do que o nariz só ao ouvir falar de tais «conquistas», nas quais deram machadadas que uma esquerda digna desse nome não deveria esquecer, a coberto de qualquer «unitarismo» feito de equívocas cumplicidades. Sucede também que muitos poderão vir a pagar muito por terem sempre defendido convictamente essas mesmas conquistas, em que se empenharam e com que vibraram ao ponto de hoje, ingenuamente, aceitarem companhias envenenadas que lhes são impostas como reforço da «esquerda» e que só poderão deitá-la a perder.

A Esquerda será uma «ideia», um «projecto» (o Socialismo), mas, antes de o ser e para o ser, é um modo de comportamento social, uma exigência, uma liberdade, uma transparência — é muito mais tudo isso do que um partido

A, B ou C. É certo que, em certas fases históricas, esses comportamentos e aspirações se polarizam num partido ou numa organização (ou em mais do que um/uma) — e não só assim tem de ser por se tratar de momentos em que a Esquerda se identifica inequivocamente com um dos pólos de uma luta de classes então muito agudizada, como se torna indispensável que assim seja para que a «ideia», que nasceu das realidades, a elas retorne com a força de um movimento social vigoroso e capaz de transformar a sociedade. Mas não estamos aí, ainda que se possa pensar que já estivemos não há muito, o que nos dispensamos discutir por agora. Daí precisamente que, para ser crível, a Esquerda tenha de ser rigorosa e verdadeira, — e, para ser rigorosa e verdadeira tenha de começar por se reconhecer minoritária. Até porque, nunca é demais dizê-lo, a Esquerda tem de ser identificada como um certo modo de interpretar os factos e nunca como um modo de «forçar», deturpar ou omitir factos.

Ou se esqueceu por completo a teoria da luta de classes — e poucos exemplos dela serão tão luminosos como o Portugal dos últimos anos — ou então tem de se aceitar que não teria sido possível a evolução política portuguesa no sentido inexorável da direita, *facto* indesmentível, se houvesse *na sociedade*, isto é, ao nível das forças sociais em presença (não na *Assembleia*), uma maioria de esquerda. Se a Esquerda se quer «repensar» a primeira coisa é, obviamente, abandonar o mito da maioria de esquerda — o que não implica necessariamente reconhecer que existe uma maioria de direita: as recentes teses de polarização e confrontação vindas da direita, expressões de um afrontamento de classes que se reconhece e se deseja, apenas provam que a direita *julga* já poder contar com essa maioria, mas não que ela

exista de facto. Entre a Esquerda e a Direita é o grande pântano das famosas «classes médias» ou da «pequena burguesia» que uma e outra procuram conquistar. E não é por «absorver» muitas figuras políticas, que, por não terem alternativa (a não ser encerrarem, ainda tão jovens quantas delas, uma fulgurante carreira política), vêm bater à sua porta, que a Esquerda se alenta e revigora, se encaminha da «minoría» para a «maioría». Pelo contrário, a Esquerda só se debilita e definha com isso.

Se nos é permitida a comparação com os problemas do desenvolvimento económico, diríamos que, numa fase como a actual, a Esquerda deveria apostar no desenvolvimento «intensivo» e não no desenvolvimento «extensivo»: investir na credibilidade, na «qualidade» e não na quantidade. Se se tem, e a um prazo imprevisível tem-se, de ser minoritário, pois que se seja uma minoría de qualidade, uma minoría que seja exemplo de coerência, de lucidez, de capacidade de não iludir, nem camuflar, nem manipular — uma minoría em que massas hesitantes e confusas pouco a pouco adquiram confiança, por compreenderem as suas propostas, se identificarem com as suas palavras e actos, lhe reconhecerem limpidez, convicção e coragem. Antes de voltar a ser uma grande força política, a Esquerda tem de voltar a ser uma grande força ética.

A esquerda, o sectarismo e o arrivismo

Naturalmente que, ao assumir-se como minoritária, essa Esquerda teria de renunciar a disputar o Poder, com P grande, a curto prazo (melhor: a parecer que o disputa, pois é

essa a realidade). Dirão alguns que não tem sentido a acção política que não vise o Poder, e que nem de outro modo se «mobilizarão as massas». Diremos ser essa uma concepção limitada do político que, em boa verdade, já não se usa. É política toda a acção que tem subjacente uma questão de *poder*, poder esse que nunca é absoluto, é sempre mais poder ou menos poder, é sempre a expressão instável de uma relação de forças: na fábrica, na escola, numa autarquia, numa associação, num grupo cultural, entre sexos, entre jovens, enfim, no quotidiano de cada um. É neste quotidiano que se jogará o destino da Esquerda, nele que terão de se travar as batalhas decisivas da Esquerda renovada.

É por isso mesmo que haverá que denunciar e ridicularizar sem contemplações, em vez de os tornar aliados (ainda que de ocasião), aqueles que se permitem invocar os «direitos dos trabalhadores» ou as «conquistas de Abril» entre um almoço no Grémio Literário e um jantar no Tavares; aqueles que, em escassos três anos, colocaram Portugal à mercê da direita e hoje lavam daí as suas mãos e se entretêm em conseguir (e conseguem) uns «tachitos» que os aguentem durante uma «travessia do deserto», que é capaz de ser bem mais longa do que pensam; aqueles que hoje se confrangem com o conservadorismo do IV Governo, pouco tempo depois de terem denunciado, nos termos mais reles, a jornais de direita os elementos «suspeitos» de esquerda do III Governo! E nunca é demais recordar que estes senhores encontraram, em fins de 75, uma situação económica muito, *mas muito* longe da verdadeira catástrofe em que hoje se encontra. O chamado «gonçalvismo» durou, na realidade, seis meses; a subsequente hegemonia P.S. perto de três anos. Que o P.C.P., durante o seu período hegemónico, se tenha acima de

tudo preocupado com a ocupação de posições nos aparelhos de Poder — não só não o negamos como já expusemos noutra ocasião o que pensamos terem sido as funestas consequências que daí advieram. Mas o P. S., além de ter tido *três anos* para fazer o mesmo, e nisso porfiou com redobrado ardor, fê-lo sem que ao menos se lhe pudesse atribuir a atenuante de um «projecto» ou de uma «coerência» — fê-lo na avidez, no nepotismo, no clima de «banquete do poder», de acção de «bando» desenfreado que não consente desculpas nem absolvições. Não o consente, é óbvio, se nos collocarmos numa perspectiva de esquerda. Mais: o espectáculo foi tal que, quanto mais nos encarniçarmos num «apesar de tudo o P. S. é um partido de esquerda», mais estamos a enterrar a Esquerda sem apelo. Até porque o P. S., aos olhos do cidadão comum, é o seu aparelho. O que é o *resto* do P. S. está por saber-se e a Esquerda deveria preocupar-se com isso.

Uma prática social de esquerda não pode acomodar-se do sectarismo, da vocação manipuladora e tacticista de um aparelho petrificado como o do P. C. P., mas muito menos, se assim se pode dizer, pode pactuar com o clientelismo, o oportunismo e o arrivismo sem escrúpulos e sem princípios do aparelho do P. S. Dir-se-á então: mas se assim é, o que resta de esquerda nesta terra? O que resta é muito, é mesmo o essencial: resta uma prática quotidiana de muitos milhares de portugueses, quantos deles porventura sem saberem que são de esquerda, e resta uma imensa disponibilidade de muitos mais milhares, ou milhões, que apenas pedem uma esperança sólida, um projecto que restitua ânimo e convicção às pequenas ou grandes lutas de um dia-a-dia desencantado, quando não desesperante.

A esquerda e o destino

Esse projecto, no entanto, não pode nem tem que ser escrito sob a forma de programa com artigos e parágrafos. A Esquerda não tem programa nenhum para «pegar» no Portugal de hoje ou mesmo de um próximo amanhã: o P. S. não lhe deixou margem para tanto. O que é grave se se pensar a Esquerda apenas em termos de Poder, com P. grande. A esse nível as batalhas são conhecidas, os perigos também — os aparelhos farão o que puderem, e infelizmente é capaz de não ser muito. Mas se a Esquerda se «repensar» em termos de sociedade, então não falta campo de manobra. De facto, a sua presença é *necessária* em toda a parte e a todo o momento e para ela não há tabus, nem cultos, nem capelinhas, nem «piscares de olho»: a sua linguagem tem de ser clara e directa, intransigente e sem complexos — trate-se de Eanes ou da União Soviética, ou de quaisquer outras personalidades ou assuntos hoje «intocáveis» para uma certa esquerda. Em contrapartida, há assuntos que, pela sua insignificância, lhe deveriam, enquanto Esquerda, ser alheios ou indiferentes — e que, no entanto, tanto têm preocupado certa outra esquerda. Por exemplo: as opiniões políticas, «morais», culinárias ou quaisquer outras da senhora de Eanes ou da senhora de Mota Pinto, o «modo de estar» na praia do eng. Nobre da Costa, mexericos e chistes ouvidos por deslumbrados (e considerados!) jornalistas em «importantes» coqueteiles de que o fascismo tão cruelmente os privara.

A matéria é, pois, vasta para debate, descoberta, construção palmo a palmo de uma vida *outra*: e não é isso o que a Esquerda se propõe? É nessa construção quotidiana, nessa *praxis*, que o projecto de esquerda ganhará forma e soli-

dez. Não é inútil recordar aqui o velho Sartre: o que *fizeres*, é a tua proposta, é o que *és*. O grande debate da Esquerda tem que ver com cada um de nós, em cada situação, em cada instante. É, em grande parte, embora não possa ser só isso, um debate com nós próprios, uma exigência que nos impomos, a começar pela do conhecimento dos nossos próprios limites e pela capacidade de ir até onde eles nos permitam — sem autodemagogia, sem presunção, mas com férrea determinação.

Se a Esquerda não for esta exigência, e com ela o reconhecimento fraternal das exigências alheias, a Esquerda não será nada. Ou será como aquelas pessoas que, tendo-se demitido por doce comodismo da coragem de se conhecer e de conhecer o mundo, são um dia surpreendidas por uma situação perante a qual só lhes resta a coragem de resistir e de sobreviver. Tarde demais: a coragem será agora admirável, mas porventura triste o destino.

1 de Dezembro de 1978